



## Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A.

CNPJ nº 61.648.655/0001-65  
Demonstrações Contábeis

ATIVO	Balancos patrimoniais em 31/12/2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais - R\$)			Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais - R\$)			Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto) para os exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais - R\$)				
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Notas	31/12/2024	31/12/2023		
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.194	7.188	Fornecedores	-	27.564	61.776	Receita operacional líquida	22	29.836.122	30.117.053
Títulos e valores mobiliários	5	3.342.575	2.325.259	Obrigações trabalhistas e tributárias	15	2.962.978	2.251.988	(-) Custos	22	(7.007.209)	(7.346.223)
Contas a receber	6	5.171.696	5.616.978	Dividendos a pagar	20.3	4.974.284	4.443.346	(=) <b>Lucro bruto</b>		<b>22.828.913</b>	<b>22.770.830</b>
Estoque	7	2.839.332	2.839.332	Contas a pagar	17	85.752	223.337	(+/-) <b>Despesas e receitas operacionais</b>			
Adiantamento a fornecedores	8	226.906	-	Passivo de arrendamento	13	942.306	908.820	Despesas administrativas e comerciais	23	(2.966.778)	(3.905.928)
Impostos a recuperar	9	17.591	35.893	Adiantamento de clientes	16	395.767	332.670	Despesas tributárias	24	(2.258.213)	(2.331.103)
Despesas antecipadas	-	31.311	28.730	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>9.388.651</b>	<b>8.222.137</b>	(-) <b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>11.636.605</b>	<b>10.853.380</b>	<b>Resultado financeiro</b>		<b>21.639.915</b>	<b>20.970.562</b>	(=) <b>Resultado antes das provisões tributárias</b>			
<b>Não circulante</b>				Provisão para demandas judiciais	14	255.270	312.428	(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social - Correntes	18.1	(3.890.891)	(5.199.934)
Títulos e valores mobiliários	5	27.165.420	28.807.119	Passivo de arrendamento	13	3.903.079	4.865.220	(-) Provisão social - diferidos	18.2	(245.290)	367.122
Depósitos judiciais	10	358.097	271.070	Adiantamento de clientes	16	1.114.723	1.429.987	(=) <b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>17.503.734</b>	<b>16.137.750</b>
Outras contas a receber	-	105.677	133.137	Impostos diferidos	19	14.610.841	14.858.577	<b>Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais - R\$)</b>			
Propriedades para investimento	12	95.779.196	93.922.176	Outras contas a pagar	17	568.970	568.970	(=) <b>Lucro líquido do exercício</b>			
Diário de uso	13	3.749.952	4.033.115	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>20.452.883</b>	<b>22.035.182</b>	Realização do custo atribuído do imobilizado líquido			
Imobilizado líquido	10	2.794.952	2.855.684	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>111.719.205</b>	<b>110.995.760</b>	(-) <b>Resultado abrangente do exercício</b>			
Intangível líquido	11	6.384	7.398	Capital social	20.1	43.154.328	43.154.328	Imposto de renda e contribuição pagas			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>129.924.134</b>	<b>130.399.699</b>	Reserva de lucros	-	40.230.951	39.026.607	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>141.560.739</b>	<b>141.253.079</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	-	28.333.926	28.814.826	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>141.560.739</b>	<b>141.253.079</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>141.560.739</b>	<b>141.253.079</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de operações</b>			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais - R\$)										
Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Lucros Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Reserva de Lucros			Total do patrimônio líquido
							31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.840.545	-	29.295.723	-	-	106.290.598	-
Destinação de dividendos adicionais	-	-	-	16.137.750	-	16.137.750	-	-	16.137.750	-
Reversão de dividendos	-	-	-	(11.582.165)	-	(11.582.165)	-	-	(11.582.165)	-
Constituição da reserva legal	20.2	-	297.271	4.229.921	-	4.229.921	-	-	4.229.921	-
Realização do custo atribuído líquido	-	-	-	480.900	-	480.900	-	-	(480.900)	-
Destinação de lucros acumulados	20.3	-	-	(4.080.345)	-	(4.080.345)	-	-	(4.080.345)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2023</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.926.605	-	28.814.826	-	-	110.995.760	-
Destinação de dividendos adicionais	-	-	-	17.503.734	-	17.503.734	-	-	17.503.734	-
Reversão de dividendos	-	-	-	(12.340.860)	-	(12.340.860)	-	-	(12.340.860)	-
Realização do custo atribuído líquido	-	-	-	56.730	-	56.730	-	-	56.730	-
Dividendos mínimo obrigatório	20.3	-	-	480.900	-	480.900	-	-	(480.900)	-
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	(4.496.159)	-	(4.496.159)	-	-	(4.496.159)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2024</b>										
	-	-	-	40.230.949	-	28.333.927	-	-	111.719.205	-

**Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais - R\$)**

**1. Contexto operacional:** A Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo (SP), localizada na Avenida Paulista n.º 2.064. É proprietária de um empreendimento localizado na região central de São Paulo, na Avenida Paulista, o qual é utilizado para exploração e locação de espaços comerciais sob a modalidade de Shopping Center. Sua denominação comercial é "Shopping Center 3". Seu principal objetivo gira em torno deste edifício e envolve a administração de suas obras, locação, alienação no todo ou em parte de suas unidades. **Análise sobre o exercício de 2024:** Em 2024, o faturamento registrou uma queda de 1%, enquanto o lucro líquido cresceu 8% em relação ao exercício anterior. Ainda cabe ressaltar que os descontos concedidos foram reduzidos em 24% no mesmo período mencionado anteriormente. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem prazos de depreciação do ativo imobilizado e das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. Essas demonstrações contábeis foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e quando aplicável ajustado ao valor justo da transação. **2.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 6 de março de 2023. **3. Políticas contábeis:**

**3.1. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e não excedem o valor de mercado do ativo ou de realização. **3.3. Títulos e valores mobiliários:** Aplicações contábeis vinculadas à linha de financiamentos com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **3.4. Estoques:** O custo do estoque é baseado no custo histórico da aquisição, sendo mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. **3.5. Despesas antecipadas:** Representam pagamentos antecipados de seguros e outras despesas cujos benefícios ou prestação de serviços à Companhia ocorrerão durante o exercício seguinte. **3.6. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terreno e edifício em Shopping Center mantido para auferir rendimento de aluguel, valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento foram reconhecidas na data de transição às novas práticas contábeis (2010) pelo seu valor (*deemed cost*). As avaliações foram feitas por especialistas utilizando modelo "Método Involutivo", aquele baseado em modelo de viabilidade técnico-econômica para estimação do valor do terreno compatível com as características do imóvel e com as condições de mercado.

Embora, a Companhia reconheça o imóvel a valor de custo, periodicamente realiza a contratação de um terceiro para reavaliação do valor de mercado do imóvel. **3.7. Arrendamentos:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos imóveis alugados"), assim como as despesas de juros correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia para as operações de arrendamento de imóveis comerciais. O percentual utilizado foi de 4,50% ao ano para contratos com vencimento de até dez anos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2024 não possuem cláusulas de rescisão que imponham a manutenção de índices financeiros assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. **3.8. Imobilizado líquido:** Registrado ao custo de aquisição ou construído deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxa que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou ajuste de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização do ativo e o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como as perdas prováveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social - corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido. As alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo tributável são de 15% acrescida do adicional de 10% aplicadas sobre o excedente de R\$ 60.000 no trimestre para imposto de renda quando aplicável e 9% sobre a base de cálculo para contribuição social. A alíquota de presunção das receitas operacionais é de 32%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes reconhecidos no resultado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e os bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são provenientes do reconhecimento da mais-valia (*deemed cost*), apurada sobre as "Propriedades para investimento". **3.12. Provisões diversas:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.13. Obrigações trabalhistas e tributárias:** As obrigações trabalhistas são representadas por valores a pagar a colaboradores decorrentes de salários, benefícios e os respectivos encargos devidos pela Companhia. O referido grupo contempla também os valores das férias vencidas proporcionais e seus encargos incorridos até a data do balanço apropriados mediante constituição da provisão. As obrigações tributárias são representadas por valores de tributos e contribuições devidos pela Companhia.

**3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos doze meses, caso contrário são demonstrados como não circulantes. **3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.16. Apreciação do resultado - reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **3.16.1. Locação de lojas:** Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior valor em seu valor mínimo mensal reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. A Companhia registra suas operações com locação de lojas como arrendamentos mercantis operacionais (locação/aluguel) (CPC 06 (RZ)). O valor mínimo do aluguel estabelecido incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários são reconhecidos em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos independentemente da forma de recebimento. A Companhia possui sazonalidade em suas operações. Historicamente, festas festivas e feriados tais como: Natal, Dia das Mães entre outros acarretam impacto positivo nas vendas do shopping center. **3.17. Cessão de direitos:** As cessões de direitos são representadas pelos recebimentos antecipados dos locatários os quais são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos no resultado do exercício linearmente com base no prazo dos contratos de aluguel das lojas. **3.18. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo é mensurado no reconhecimento inicial mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos menos amortização do principal e juros ajustado para qualquer provisão para perda de créditos esperada. **Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações à IAS 21 - CPC 02:** Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de convertibilidade. **Alterações à IFRS 7 - CPC 48:** Contratos referenciando dependência de energia natural. **Alterações à IFRS 7 - IFRS 9:** Contratos referenciando dependência de energia natural. **Alterações à IAS 37 - CPC 09:** Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial. **IFRS 10 - IAS 28:** Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto; **IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações contábeis;** **IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública:** divulgações; **CPC 10 - Créditos de carbono (CO2e),** permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBO). Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

**4. Caixa e equivalentes de caixa** 31/12/2024 31/12/2023

Caixa e equivalentes de caixa 7.194 7.188

31/12/2024 31/12/2023

7.194 7.188

**5. Títulos e valores mobiliários** 31/12/2024 31/12/2023

Certificados de depósito bancários (CDB's) 30.507.995 31.132.378

30.507.995 31.132.378

Circulante 3.342.575 2.325.259

27.165.420 28.807.119

30.507.995 31.132.378

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) e estão atualizados pelos rendimentos auferidos reconhecidos proporcionalmente até a data das informações anuais não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros de, aproximadamente, 101,11% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a receber:** O conta a receber da Companhia refere-se ao aluguel das lojas do Shopping Center 3:

31/12/2024 31/12/2023

9.342.085 10.009.580

(4.170.389) (4.392.602)

5.171.696 5.616.978

**6.1. Aging do contas a receber**

A vencer 4.919.094

Vencidos até 30 dias 135.045

Vencidos entre 31 e 60 dias 81.571

Vencidos entre 61 e 90 dias 38.986

Vencidos acima de 90 dias 4.170.389

Total 9.342.085

**6.2. Movimentação da provisão para perda esperada** 31/12/2024 31/12/2023

Saldo inicial (4.392.601) (3.371.293)

Adições (7.046.632) (2.479.678)

Reversões (1.006.844) (1.458.371)

Saldo final (4.170.389) (4.392.602)

**7. Estoque:** Em 2020, a Companhia recebeu através de doação em pagamento decorrente de acordo judicial dois imóveis denominados: "Sítio Pousada Alvorada dos Pilões" adjudicado pelo valor de R\$ 3.360.000 e "Vaga de Automóvel-Conjunto Nacional" adjudicado pelo valor de R\$ 50.000. Em 2021, a Administração colocou os imóveis à venda, desta forma os ativos foram reclassificados de Propriedade para investimento para o estoque. No mesmo ano, a Companhia realizou a avaliação do imóvel o qual foi constatado que seu valor de mercado estava inferior ao saldo contábil, gerando um ajuste contábil de R\$ 570.668 em 31 de dezembro de 2021. Em 2024, o sítio permanece disponível para venda. A Administração efetuou a análise dos indicativos de perda e não houve atualização em relação ao seu valor de mercado. Além disso, foram adotadas medidas para facilitar a venda, como a busca por interessados e a divulgação do imóvel.

31/12/2024 31/12/2023

3.360.000 3.360.000

50.000 50.000

(570.668) (570.668)

2.839.332 2.839.332

**8. Adiantamento a fornecedores:** O valor de R\$ 226.906 refere-se substancialmente a pagamentos antecipados para a instalação do elevador nas dependências do imóvel da entidade e foram classificados em "Outros Créditos", pois representam um direito da empresa junto ao fornecedor do serviço. Esses valores serão baixados à medida que o serviço for executado e concluído.

**Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma razoável expectativa de segurança, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que o fraudante pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento

dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/4B7A-5D5A-4233-F98F> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4B7A-5D5A-4233-F98F



### Hash do Documento

B6B986CAB45FE9E82D04A24A773E5222E14DDA8C1B825354766DC9FC5622DC96

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 13/03/2025 00:01 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

